



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF BENHUR GONÇALVES DA LUZ

**A IMPORTÂNCIA DO EMPREGO DE MEIOS CIVIS NO TEATRO DE
OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DAS NAÇÕES UNIDAS**

**Rio de Janeiro
2019**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF BENHUR GONÇALVES DA LUZ

**A IMPORTÂNCIA DO EMPREGO DE MEIOS CIVIS NO TEATRO DE
OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DAS NAÇÕES UNIDAS**

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro
2019**

A IMPORTÂNCIA DO EMPREGO DE MEIOS CIVIS NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DAS NAÇÕES UNIDAS

Benhur Gonçalves da Luz*
Edvaldo Nunes Nascimento Junior**

RESUMO

O Teatro de Operações de Manutenção de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas, atualmente, impõe uma atuação no amplo espectro dos conflitos armados e requerendo, assim, que a Força Terrestre desenvolva a capacidade de operar em coordenação e cooperação com agências. Neste cenário, a coordenação Civil-Militar surge como ferramenta importante na aplicação das capacidades civis, adequando-as às necessidades militares, de forma a multiplicar o poder de combate da força militar em ação. O emprego de meios civis no Teatro de Operações vem sendo uma realidade cada vez mais presente no meio militar, na busca incessante pela otimização de recursos humanos e materiais. O presente artigo está direcionado para as atividades civis, a fim de atender às necessidades da F Ter. A seguinte temática norteia este trabalho: O emprego de meios civis no Teatro de Operações de manutenção da paz sob a égide da ONU.

Palavras-chave: civis, meios, Organização das Nações Unidas, logística, coordenação Civil-Militar.

ABSTRACT

The Peacekeeping Operations Theater under the auspices of the United Nations currently imposes action on the broad spectrum of armed conflict and thus requires the Earth Force to develop the capacity to operate in coordination and cooperation with agencies. In this scenario, Civil-Military coordination emerges as an important tool in the application of civilian capabilities, adapting them to military needs, in order to multiply the combat power of the military force in action. The use of civilian resources in the theater of operations has been an increasingly present reality in the military, in the incessant search for the optimization of human and material resources. This article focuses on civilian activities in order to meet the needs of the Ter. The following theme guides this work: The use of civilian resources in the UN Peacekeeping Theater.

Keywords: civilians, means, United Nations, logistics, Civil-Military coordination.

* Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010.

** Major da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2005. Pós-Graduado em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2014.

1 INTRODUÇÃO

O Manual de Campanha Operações de Paz – EB70-MC-10.219 (2017), afirma que a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 24 de outubro de 1945 com o propósito de manter a paz e a segurança internacional. Dentre os mecanismos utilizados, encontram-se as missões de paz, que, apesar de não previstas expressamente na Carta das Nações Unidas, surgiram como solução para os conflitos no âmbito interno dos estados ou entre eles.

Conforme estabelecido no Artigo 1º da Carta das Nações Unidas, assinada em 26 de junho de 1945, na cidade de São Francisco, Estados Unidos da América (EUA), a ONU tem como um dos seus propósitos básicos: “Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios de justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz.” (Capítulo I, Artigo 1º, Parágrafo 1º da Carta da ONU).

Conforme o manual supracitado, as Nações Unidas são regidas por uma série de propósitos e princípios básicos aceitos por todos os países-membros da Organização.

Os propósitos das Nações Unidas podem ser resumidos em: manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amigáveis entre as nações, baseadas no respeito aos princípios de direitos iguais e autodeterminação dos povos; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; e ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

Ainda aproveitando o referido manual, este discorre sobre os capítulos VI, VII e VIII da Carta das Nações, conforme podemos ver abaixo.

O capítulo VI da Carta da ONU refere-se à solução pacífica de controvérsias. Esse capítulo prevê que controvérsias entre partes que possam vir a se constituir em ameaças à paz e à segurança internacionais podem ser trazidas à consideração do Conselho de Segurança (CS), que possui mandato expresso para: determinar aos litigantes que cessem as divergências por meios pacíficos recomendar métodos adequados de procedimentos ou de ajustamentos; e recomendar as condições para a cessação da disputa. No contexto do capítulo VI da Carta da ONU, a ação do CS é limitada a recomendações às partes envolvidas, devendo estas conseguir o estabelecimento de um entendimento por elas mesmas, agindo de forma voluntária no atendimento ao CS.

O capítulo VII estabelece as condições de atuação da Organização nos casos de: ameaças à paz; ruptura da paz; e atos de agressão. Também prevê a ação por parte do CS por meio de métodos coercitivos, quando for considerada a existência de qualquer um dos casos anteriormente citados.

O capítulo VIII enfatiza a adoção de medidas de caráter regional para a solução pacífica de disputas antes de submetê-las ao CS. Quando apropriado, o CS pode empregar organismos regionais para ações de imposição da paz sob sua autoridade. Como exemplo, houve a Força Interamericana de Paz, na República Dominicana, sob a égide da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Por fim, o Manual de Campanha Operações de Paz – EB70-MC-10.219 (2017), informa que a ONU, por proposta do CS, fará recomendações ou decidirá por medidas repressivas. Tais medidas incluem o emprego de todos os meios necessários, inclusive forças militares, com vistas à manutenção ou restabelecimento da paz e da segurança internacionais.

É neste ambiente operacional, bastante complexo e peculiar, que surge a demanda pelo emprego de meios civis de forma a complementar a atuação dos militares, nos diversos territórios estrangeiros, nas operações de paz sob a égide da ONU.

1.1 PROBLEMA

Neste contexto, a importância da pesquisa será decorrente das necessidades de meios civis, que visa proporcionar um apoio eficiente e eficaz para complementar a capacidade operativa da tropa nas operações de paz da ONU.

Foram realizadas consultas na Constituição Federal do Brasil, manuais do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro. Foram consultados ainda dados e documentos do Instituto de Treinamento em Operações de Paz (Peace Operations Training Institute – POTI). A rede mundial de computadores foi amplamente utilizada como ferramenta de busca de dados.

Dessa maneira o presente artigo tem por finalidade apresentar, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e ficha coleta de dados, a importância dos meios civis nos teatros de operações de paz, bem como colher reflexões e sugestões sobre o assunto. Ressalta-se que este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim de servir como ferramenta para a tropa que opera neste ambiente operacional.

É no cenário acima descrito, pois, que emerge a problemática da pesquisa que ora se delinea. Qual a importância do emprego de meios civis no Teatro de Operações de Paz sob a égide das Nações Unidas?

1.2 OBJETIVOS

A fim de analisar o emprego de meios civis no teatro de operações de paz sob a égide das Nações Unidas, o presente estudo pretende analisar as soluções disponíveis ou em fase de pesquisa, que podem esclarecer a utilização destes meios em operações de paz.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a) Identificar a estrutura das Nações Unidas para apoiar as missões de paz;
- b) Identificar a doutrina da logística das operações de paz da ONU, atinente aos meios civis;
- c) Identificar a doutrina das ações de coordenação Civil-Militar empregada nas operações de paz da ONU.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Em 2004, o Brasil assumiu a liderança da força militar internacional na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril daquele ano. Após 13 anos da presença militar no Haiti e dos bons resultados, o Conselho de Segurança da ONU decidiu pela extinção da missão em 13 de abril de 2017, iniciando processo gradual de remoção até o esvaziamento do contingente militar. Desse modo, encerrou-se, em 15 de outubro, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. (Mendonça, 2017)

Segundo o general do Exército da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, que foi comandante militar da missão de paz no Haiti entre 2006 e 2009, o que ficou para o Brasil foi a experiência em treinamento e a experiência profissional de mais de 37,5 mil militares, que realizaram operações em área urbana. O Exército mostrou grande expertise e uma tropa extremamente qualificada, que nos deu prestígio internacional e interno na ONU, pois não tivemos nenhum problema grave de conduta. O Brasil, sem dúvida, interpreta como um case de sucesso.

O Brasil, nos últimos anos, vem realizando passos em direção ao perene anseio de sua política externa de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Numa reunião dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), realizada na China em 2011, de maneira inédita e incisiva, o bloco defendeu a necessidade de reforma da Organização das Nações Unidas. Vale dizer, mais assentos permanentes em seu

Conselho de Segurança e a conseqüente abertura da vaga brasileira.

Segundo Jorge Fontoura, professor titular do Instituto Rio Branco, a possibilidade da qual o Brasil agora dispõe, de ascender ao restrito grupo que possui poder de veto, além do caráter simbólico que encerra, representa patamar de poder real, não isento de responsabilidades e de desafios. No plano dos encargos, devemos estar atentos aos grandes gastos que irão sobrevir, em especial no que se refere à participação em missões de paz, que tendem a ser cada vez mais onerosas e frequentes. Porém os lucros são muito maiores e a Nação adquire outro substrato, com prestígio e credibilidade traduzíveis de imediato em vantagens comerciais e de inserção em novos mercados. Algo indispensável para o País, que necessita aumentar o tamanho e a qualidade de sua economia, assolado pelo clamor da miséria residual de substancial parcela de sua população, a par das contradições de um processo de desenvolvimento desarmônico e sincopado.

A presente pesquisa se justifica em virtude da importância do emprego de meios civis no Teatro de Operações de Paz das Nações Unidas, nos diversos territórios estrangeiros, de forma a liberar o máximo possível de meios militares para as atividades fim das operações de paz.

Os meios civis, devida a lida diária da atividade, apresenta uma maior especificação das tarefas que desempenham. Comumente, apresenta uma maior eficiência e eficácia dentro de suas áreas de atuação, o que otimiza as operações de paz da ONU.

Desse modo, enfatiza-se que o incremento do emprego de meios civis poderá trazer benefícios para a Força Terrestre, uma vez que apresentará algumas sugestões com vistas a maximizar a operacionalidade das tropas empenhadas no Cenário de Operações de Paz sob a égide das Nações Unidas. Desta forma, o Brasil ganhará uma importante ferramenta de projeção nacional de poder no cenário internacional, visando a consolidação de sua política externa.

2 METODOLOGIA

A pesquisa teve início na revisão teórica do assunto, através de consulta bibliográfica a manuais doutrinários e trabalhos científicos. O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental.

Também compreendeu um estudo exploratório na Organização das Nações Unidas, com a finalidade de conhecer como funciona o emprego de meios civis que prestam suporte às operações de paz.

Com a finalidade de ampliar o conhecimento teórico e identificar experiências relevantes, foi realizada entrevista exploratória com o Capitão Luiz Henrique Valdetaro do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

A coleta de dados foi realizada por meio de consultas aos Manuais Doutrinários do Ministério da Defesa, do Exército Brasileiro e de outras Forças Armadas de Nações Amigas. Foram também consultados dados e relatórios do Instituto de Treinamento em Operações de Paz, artigos científicos e a rede mundial de computadores.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

O Manual de Campanha Operações de Paz – EB70-MC-10.219 (2017) afirma que o Brasil, como signatário da Carta das Nações, compromete-se em colaborar com o esforço internacional de manter a paz e a segurança internacional. O Artigo 4º da Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF/88) descreve os valores fundamentais do Estado brasileiro nas relações com outros estados e/ou povos. Neste mesmo artigo, a esfera de atuação brasileira em missões de paz está delimitada. Dessa forma, o Estado brasileiro atende às missões de paz amparadas pelos capítulos VI e VIII e, em certos casos, aceita a salva guarda do capítulo VII da Carta das Nações.

Dessa maneira, o desenvolvimento da capacidade operativa Militar Terrestre em conjunto com os meios civis é fundamental para a manutenção de tropas terrestres no Teatro de Operações de paz, sob a égide das Nações Unidas, nos diversos territórios estrangeiros. Desta forma, conseqüentemente, obtém-se uma projeção das Forças Armadas do Brasil no cenário internacional.

O Manual de Campanha Cooperação Civil-Militar – EB70-MC-10.221 (2017) afirma que a ONU trabalha com uma ampla gama de agências de diferentes estruturas institucional e funcional, que recebem diferentes designações, como: escolas; agências; organizações; comissões; e programas. Subordinam-se ao Secretário-Geral das Nações Unidas, respondem anualmente pelas ações desenvolvidas à Assembleia Geral da ONU e são financiadas pelos países membros. A participação destes organismos internacionais tem como principal característica a legitimidade, visto que a atuação é revestida de procedimentos padrões e com amparo na diplomacia.

Segundo o Manual de Campanha Operações de Paz – EB70-MC-10.219 (2017), as seguintes estruturas abaixo apoiam as missões de paz da ONU.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR (*United Nations High Commissioner for Refugees – UNHCR*): Agência com sede em Genebra/Suíça, voluntariamente financiada pelos Estados-Membros. Tem como missão primária a assistência a refugiados e deslocados provenientes de conflitos.

Fundo para Crianças das Nações Unidas (*United Nations Children's Fund – UNICEF*): Agência com sede em Nova Iorque/EUA, voluntariamente financiada pelos Estados-Membros. Tem como missão primária auxiliar os países em desenvolvimento e, a seu pedido, melhorar a qualidade de vida das crianças, por intermédio de serviços comunitários de baixo custo nas áreas de saúde, nutrição (inclusive maternal), higiene, educação e assistência emergencial.

Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (*United Nations Development Programme – UNDP*): Agência sediada em Nova Iorque/EUA, responsável pela assistência técnica multidimensional aos países em desenvolvimento.

Programa de Alimentação Mundial (*World Food Programme – WFP*): Agência operacional orientada para a assistência alimentar emergencial às comunidades carentes, com forte presença nas operações de paz da ONU.

Organização Mundial de Saúde (*World Health Organization – WHO*): Agência que proporciona assessoria e assistência em todos os aspectos referentes à prevenção e ao tratamento médico, incluindo serviços de saúde emergenciais para situações de rápida resposta a calamidades.

Organização do Alimento e da Agricultura das Nações Unidas (*Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO*): Agência envolvida em planejamentos de longo prazo que visam suprir comunidades carentes com meios de subsistência locais relacionados com a superação da fome.

ONU Mulheres (*United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women*): é uma agência das Nações Unidas que trabalha pela segurança e fortalecimento das mulheres.

E por último, o Comitê Internacional de Cruz Vermelha (*International Committee of the Red Cross – ICRC*), que não é uma agência ONU, porém participa das missões multidimensionais em cooperação com as demais agências desdobradas na área de conflito. O *ICRC* é uma organização internacional com delegação dos signatários das convenções de Genebra para representá-los em questões relativas aos assuntos humanitários. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha é o promotor da Convenção de Genebra que protege o soldado ferido, assim como das convenções humanitárias que a complementam.

O Manual de Campanha Logística - EB20-MC-10.204 (2014) afirma que a Logística desempenha papel fundamental no sucesso das operações militares. Para tanto, deve ser meticulosamente planejada, coordenada e executada para assegurar que os recursos sejam disponibilizados aos usuários em todos os níveis.

para a manutenção e a exploração da iniciativa. Exerce papel determinante na amplitude e duração das operações terrestres e contribui para a liberdade de ação dos comandantes táticos, aumentando a gama de opções disponíveis para o cumprimento de suas missões (BRASIL, 2014, p.2-1).

De acordo com o Manual de Campanha Operações de Paz – EB70-MC-10.219 (2017), também o emprego de meios civis pode ser observado principalmente na Logística das Operações de Paz da ONU. Dentre as atividades podemos verificar nas atividades de transporte, manutenção, suprimento, engenharia, saúde, tratamento de água e comunicações. Esta última, apesar da Doutrina Militar Terrestre não considerar afeta à Logística, o sistema ONU a enquadra dentro da referida Função de Combate. Os meios civis participam ainda de atividades operacionais atinentes à Comunicação Social, Operações de Apoio à Informação, Patrulhamento Ostensivo e Segurança de Comboios.

Outro aspecto importante no Teatro de operações em missões de paz é a Cooperação Civil-Militar (CIMIC). Segundo o Manual de Campanha Cooperação Civil-Militar – EB70-MC-10.221 (2017), a CIMIC caracteriza-se por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as agências, as autoridades e a população em uma área operacional. Contribui para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão. A CIMIC está inserida nos Assuntos Cíveis e compreende ações comunitárias e de coordenação com organizações não-governamentais, organizações internacionais e, eventualmente, organizações governamentais

Ainda conforme o manual acima, um dos objetivos da CIMIC é possibilitar ao componente civil o desempenho de suas atividades regulares em um ambiente de conflito, de modo a favorecer as operações militares, ou ao menos não se constituir um obstáculo. Essas atividades não devem, em princípio, ser executadas por militares, mas devem ser devidamente harmonizadas com as ações militares. Um exemplo é o apoio de saúde realizado por organizações não governamentais (ONG) à população da Área de Operações.

Para manter essa operacionalidade, é necessário um suporte logístico e operacional eficiente e eficaz, no qual será também fornecido por meios civis no Teatro de Operações sob a égide da ONU, através de uma coordenação da CIMIC.

2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelo seguinte meio: entrevista exploratória.

2.2.1 ENTREVISTAS

Com a finalidade de ampliar o conhecimento teórico e identificar experiências relevantes, foi realizada entrevista exploratória com o seguinte especialista, em ordem cronológica de execução:

Nome	Justificativa
LUIZ HENRIQUE VALDETARO – Cap EB	Experiência como aluno no Curso de Coordenação Civil Militar pela ONU.

QUADRO 1 – Quadro de Especialista entrevistado

Fonte: O autor

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas sobre as possíveis evoluções dos combates indicam uma participação, cada vez maior, de atores não-estatais, misturados junto ao povo e aproveitando-se das limitações éticas e legais das tropas oficiais. Essas peculiaridades impõem a atuação no Amplo Espectro dos conflitos armados.

O Manual de Operações – EB70-MC-10.223 (2017) conceitua a forma de atuação da Força Terrestre no amplo espectro dos conflitos, sendo como premissa maior a combinação, simultânea ou sucessiva, de operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências, ocorrendo em situação de guerra e de não guerra. A situação determinará a preponderância de uma operação sobre outras. O conceito é abrangente e busca orientar as operações terrestres de curto e médio prazo. Caracteriza-se ainda pela flexibilidade, isto é, pode ser aplicado a qualquer situação no território nacional e/ou no exterior.

Nesse contexto, ainda segundo o manual acima, a composição de forças deve ser flexível e modular, em estruturas elásticas adaptáveis às mudanças de ambiente. As operações no amplo espectro dos conflitos podem ser desenvolvidas em áreas geográficas lineares ou não, de forma contígua ou não, buscando contemplar as diversas missões e tarefas que envolvem o emprego de meios terrestres. O conceito operativo do Exército preconiza a máxima integração entre vetores militares e civis, que buscam a unidade de esforços no ambiente interagências, em uma escala variável de violência.

Para este ambiente operacional, normalmente, a Força Terrestre atua através de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA). Segundo Manual de Operações – EB70-MC-10.223 (2017), estas operações são executadas por elementos do Exército Brasileiro em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências. Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum. Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência

de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

Ainda, conforme o Manual de Operações – EB70-MC-10.223 (2017), as OCCA normalmente ocorrem nas situações de não guerra, nas quais o emprego do poder militar é usado no âmbito interno e externo, não envolvendo o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais. Dentre elas temos a atuação sob a égide de organismos internacionais, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas. Também se caracterizam pelo uso limitado da força; coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais; execução de tarefas atípicas; combinação de esforços políticos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos; caráter episódico; não há subordinação entre as agências e, sim, cooperação e coordenação; interdependência dos trabalhos; maior interação com a população; influência de atores não oficiais e de indivíduos sobre as operações; e ambiente complexo.

Para que haja uma eficiência dos trabalhos desempenhados no Teatro de Operações sob a égide da ONU, cresce de importância a CIMIC.

Conforme o Manual de Campanha Operações – EB70-MC-10.223 (2017), a CIMIC caracteriza-se por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as agências, as autoridades e a população, numa área operacional amigável, neutra ou hostil. Contribui para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão. As ações de CIMIC ocorrem nos níveis operacional e tático. Decorrem das diretrizes estabelecidas pelos Assuntos Cíveis, que são normatizados nos níveis político e estratégico e destinam-se a atender aos interesses do Estado no TO/A Op, por intermédio de atores civis e militares.

As atividades CIMIC, segundo o manual acima, abrangem o apoio à missão e às comunidades, incluindo reparações e reconstrução de infraestruturas, incremento das condições da saúde pública e apoio à administração civil, o que possibilita a conquista da confiança da população. A contrapartida das atividades CIMIC, efetuadas pela tropa em benefício da população, consiste no apoio desta e das autoridades às operações militares, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações e ao uso de áreas, instalações e recursos locais. Esse apoio proporciona legitimidade de atuação e liberdade de ação para as tropas. A 9ª Seção do EM é responsável por coordenar a aplicação das capacidades civis, adequando-as às necessidades militares. O

comandante deve assegurar que as ligações com os atores não militares, referentes a CIMIC, sejam feitas por meio dessa seção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evoluções dos combates impõem, cada vez mais, a atuação no Amplo Espectro dos conflitos armados. Para este ambiente operacional, normalmente, a Força Terrestre atua através de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA).

Segundo o Manual de Operações – EB70-MC-10.223 (2017), estas OCCA buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

O emprego de meios civis, segundo o Manual de Campanha Operações de Paz – EB70-MC-10.219 (2017), pode ser observado principalmente na Logística das Operações de Paz da ONU, destacando-se nas atividades de transporte, manutenção, suprimento, engenharia, saúde, tratamento de água e comunicações. Cabe ressaltar ainda que estes elementos apresentam maior especificação dentro de sua respectiva atividade, o que torna o trabalho mais eficiente e menos oneroso. Desta forma, também contribui sobremaneira por liberar os meios militares para as atividades finalísticas de combate da Força Terrestre.

Conforme descrito no manual de campanha C 100-10, Logística Militar Terrestre, devemos ter a consciência de que em várias oportunidades, a logística, mais do que outros sistemas operacionais, foi o fator determinante de vitórias e derrotas, evidenciando que o resultado final das operações é claramente influenciado por ela e pela capacidade de melhor executá-la.

O ambiente interagências nas Operações de Paz da ONU, demonstra a crescente importância da implementação da CIMIC na Doutrina Militar Terrestre, buscando adequar a Força Terrestre aos atuais conflitos de 4ª geração.

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente investigação atendeu ao pretendido, ampliando a compreensão sobre o emprego de meios civis no Teatro de Operações de Manutenção da Paz sob a égide da ONU, cujo conhecimento é fundamental para a projeção de poder da Força Terrestre no cenário internacional.

A revisão de literatura possibilitou a identificação das principais características do emprego de meios civis, bem como os benefícios advindos de uma implantação de uma 9ª Seção do EM para coordenar a aplicação das capacidades civis, adequando-as às necessidades militares. Desta forma, busca-se as melhores técnicas para ajudar a minimizar os problemas dos diversos grupos funcionais logísticos.

A adoção das sugestões acima levantadas faria com que a Força Terrestre conseguisse cumprir de modo mais eficiente as missões de paz.

Conclui-se, portanto, que é inegável a necessidade da aquisição da capacidade do emprego de meios civis no Teatro de Operações de Manutenção da Paz sob a égide da ONU, de forma a adequar o Exército Brasileiro na atual realidade dos conflitos Internacionais.

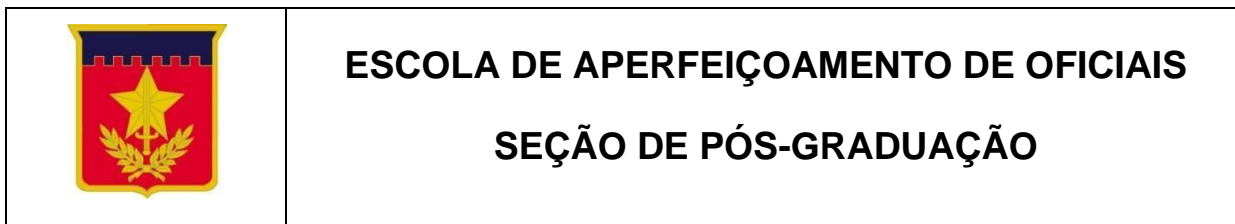
ANEXO A: Solução Prática

A presente pesquisa concluiu que "...é de vital importância o emprego de meios civis no apoio às Operações de Paz sob a égide das Nações Unidas, utilizando como principal vetor militar a Cooperação Civil-Militar, a fim de multiplicar o poder de combate do componente militar da missão.

Para que a capacidade de apoio às operações citadas seja ampliada é importante que:

- Os militares sejam conscientizados sobre a intensificação da interação com as agências nas operações militares;
- A implementação da 9ª Seção do EM, desde o nível Unidade, na estrutura organizacional das Organizações militares;
- O desenvolvimento da doutrina de CIMIC dentro da Força Terrestre;
- O incremento de meios civis em apoio às operações, de forma a liberar o maior contingente militar possível para as atividades finalísticas;

ANEXO B – ENTREVISTA DISTRIBUÍDA AO ESPECIALISTA ACERCA DA IMPORTÂNCIA DO EMPREGO DE MEIOS CIVIS NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DAS NAÇÕES UNIDAS.



ENTREVISTA COM ESPECIALISTA

O presente instrumento é parte integrante da especialização em Ciências Militares do Cap Inf Benhur Gonçalves da Luz, cujo tema é: **A importância do emprego de meios civis no teatro de operações de paz sob a égide das Nações Unidas**. Pretende-se, através da compilação dos dados coletados, fornecer subsídios para um direcionamento mais preciso do avanço tecnológico e doutrinário de que necessita o Exército Brasileiro (EB) para o seu emprego nos próximos anos.

A fim de conhecer as necessidades operacionais dos militares, o senhor foi selecionado, dentro de um amplo universo, para responder as perguntas deste questionário. Solicito-vos a gentileza de respondê-lo o mais completamente possível.

A experiência profissional do senhor irá contribuir sobremaneira para a pesquisa, colaborando nos estudos referentes ao desenvolvimento e distribuição de materiais de emprego militar que aumentem a eficiência das pequenas frações do EB. Será muito importante, ainda, que o senhor complemente, quando assim o desejar, suas opiniões a respeito do tema e do problema.

Desde já agradeço a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecimentos através dos seguintes contatos:

Benhur Gonçalves da Luz (Capitão de Infantaria – AMAN 2010)

Celular: (87) 99680-6110

E-mail: benhurgluz@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO

1. Posto/graduação e Nome-de-guerra, Experiências Profissionais relevantes, Cursos e Estágios inerentes à área de estudo.

QUESTIONAMENTOS

2. Aproveitando sua experiência na missão de paz no Haiti, as lições aprendidas colhidas com militares de Nações Amigas no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), bem como os conhecimentos adquiridos no curso de Cooperação Civil-Militar pela ONU, quais seriam as vantagens e desvantagens do emprego de meios civis nas operações de paz? Dentro do possível, contextualize os itens citados.

3. Quais as atividades seriam mais e menos indicadas para os elementos civis? Dentro do possível, exemplifique os itens citados.

4. Quais as ferramentas a Força Terrestre deve desenvolver para empregar os meios civis?

5. O Sr. gostaria de acrescentar alguma consideração sobre o presente estudo?

Obrigado pela participação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estado-Maior do Exército. C100-10: **Logística Militar Terrestre**. 2. ed. Brasília, DF, 2003.

_____. Estado-Maior do Exército. EB20-MC-10.204: **Logística**. 2. ed. Brasília, DF, 2014.

_____. Exército. Estado-Maior do Exército. EB20-MF-10.102: **Doutrina Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF, 2014.

_____. Exército. Estado-Maior do Exército. EB70-MC-10.219: **Operações de Paz**. 3. ed. Brasília, DF, 2017.

_____. Exército. Estado-Maior do Exército. EB70-MC-10.221: **Cooperação Civil-Militar**. 1. ed. Brasília, DF, 2017.

_____. Exército. Estado-Maior do Exército. EB70-MC-10.223: **Operações**. 1. ed. Brasília, DF, P. 4-11, 2017.

_____. Ministério da Defesa. MD34-M-02: **Manual de Operações de Paz**. 3. ed. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha C 100-5, Operações**. Estado-Maior do Exército. 3ed, 1997.

_____. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha EB70-MC-10.223 – Operações**. Estado-Maior do Exército. 5ed, 2017.

G1, **Missão de Paz no Haiti: veja altos e baixos nos 13 anos de presença militar brasileira**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-veja-altos-e-baixos-nos-13-anos-de-presenca-militar-brasileira.ghtml>. Acesso em 10 Maio 19.

GAZETA DO POVO, **Por que o Brasil quer a ONU**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaop/artigos/por-que-o-brasil-quer-a-onu-3yk9sxcdiqhhwd8cvfyzipr2m/>. Acesso em 10 Maio 19.

O FORÇAS TERRESTRES, **Brasil no Haiti, um caso de sucesso**. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2017/10/23/brasil-no-haiti-um-caso-de-sucesso/>. Acesso em 10 Maio 19.

USA. Peace Operations Training Institute. **Apoyo logístico a las operaciones de mantenimiento de la paz de las Naciones Unidas: Introducción**. 3. ed. Williamsburg, VA , 2015.

_____. Peace Operations Training Institute. **Apoyo Logístico Operativo a Las Misiones de Mantenimiento de La Paz: Curso Intermedio de Logística**. 2. ed. Williamsburg, VA , 2004.

_____. Peace Operations Training Institute. **Civil-Military Coordination in Peace Operations**. 2. ed. Williamsburg, VA , 2012.